UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PAULO VICTOR CARDOSO SANTOS

# O PRIMEIRO ANO DA PREFEITURA DE MARCELO DÉDA CHAGAS: UM PONTO DE RUPTURA NA POLÍTICA SERGIPANA OBSERVADO PELAS CHARGES DA GAZETA DE SERGIPE

Trabalho de Conclusão de Curso

São Cristóvão/SE 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PAULO VICTOR CARDOSO SANTOS

# O PRIMEIRO ANO DA PREFEITURA DE MARCELO DÉDA CHAGAS: UM PONTO DE RUPTURA NA POLÍTICA SERGIPANA OBSERVADO PELAS CHARGES DA GAZETA DE SERGIPE

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello

São Cristóvão/SE 2020

## RESUMO

A hipótese deste trabalho é que, em observação das dinâmicas partidárias na política sergipana desde 1980, a eleição de Marcelo Déda Chagas para a prefeitura em 2000 constituiu um ponto de virada sobre o qual foi colocada bastante expectativa, tanto na consolidação de Déda como um político de esquerda bem-sucedido em Sergipe como também na garantia do PT como um partido hegemônico na política local e nacional, observado o fortalecimento do partido nas demais esferas. Para tanto, buscou-se investigar quais foram as dinâmicas partidárias entremeio à redemocratização, com ênfase na eleição direta para Presidente da República em 1989 e nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, culminando na eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. Aproximando-se da esfera estadual, foi mostrado como o clientelismo e o conservadorismo perseveraram na redemocratização, com a hegemonia dos partidos de nomes tradicionais da política sergipana, Albano Franco, João Alves Filho e Antônio Carlos Valadares. Aproximando-se do indivíduo que centraliza este trabalho, um breve capítulo biográfico demonstra Déda não só como um político de oposição bem sucedido, mas importante no panorama geral da política sergipana. Enfim, as charges de Edidelson Silva, desenhadas para as edições diárias da Gazeta de Sergipe, foram analisadas como formas de demonstrar que o artista captava as expectativas e pressões que se colocavam sobre Déda não só pela responsabilidade de seu cargo, mas também pelo político constituir um surpreendente ponto de ruptura com a tradição política dos vinte anos passados até a sua eleição para a prefeitura de Aracaju.

**Palavras-chave:** Marcelo Déda; História de Sergipe; Charges

**Lista de abreviaturas e siglas**

ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

BNDES – BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

PCdoB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PDC – PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

PDT – PARRTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PL – PARTIDO LIBERAL

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PMN – PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

PP – PARTIDO PROGRESSISTA

PRN – PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

PRP – PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PV – PARTIDO VERDE

MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO..... 05**

**1 - AS DINÂMICAS PARTIDÁRIAS DA NOVA REPÚBLICA..... 09**

1.1 – Incertezas, neoliberalismo e ascensão do partido dos trabalhadores: o cenário político-partidário brasileiro após 1988..... 09

1.2 – Conservadorismo e clientelismo: em Sergipe, a Nova República veio previsível..... 16

**2 – MARCELO DÉDA, NAS PÁGINAS DA ACADEMIA E NA POLÍTICA..... 20**

**3 – O PRIMEIRO ANO DA PREFEITURA DE MARCELO DÉDA NA SÁTIRA..... 22**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 29**

**FONTES..... 54**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 55**

## INTRODUÇÃO

Nesta seção, será realizada uma breve apresentação do autor e do caminho trilhado até a escolha do objeto de pesquisa. Nesse sentido, falar-se-á também do objeto estudado, listando as pesquisas já existentes que, mesmo não tocando no mesmo problema ou investigando as mesmas fontes analisadas nesta pesquisa, perpassam pelo mesmo indivíduo que centraliza este trabalho: Marcelo Déda. Após esse momento, será apresentada a hipótese deste trabalho e, por fim, este tópico se encerrará com uma rápida descrição de como o trabalho se estruturará, explicando a lógica de sua organização e, por consequência, expondo o próprio caminho desta investigação, de modo a evidenciar a metodologia de pesquisa.

Para uma apresentação, um ponto de partida interessante é explicar o motivo pelo qual se escolheu trabalhar com um sujeito que, pelo que se percebe, está eternizado como um dos maiores nomes da História política de Sergipe. Os motivos não são exatamente gloriosos. Um dos professores do curso de História costuma brincar que um dos movimentos estudantis mais fortes é o "MST", o Movimento dos Sem Tema, referente aos formandos que se aproximam do final da graduação sem tema para o trabalho de conclusão de curso. É certo que, próximo ao fim do curso, o autor deste trabalho integrava as fileiras desse movimento, tendo sido uma sugestão do primeiro orientador que o falecido ex-Governador de Sergipe se tornasse o objeto de pesquisa.

Também foi esse orientador quem me apresentou ao acervo documental sobre o qual me debrucei para poder tecer as interpretações que apresento neste artigo. Alguns aspectos pesaram na escolha: em primeiro lugar, pesquisar sobre uma figura notória na política sergipana, sobretudo do período de redemocratização, apresentou-se com uma possibilidade instigante que realmente me cativou, principalmente pelo fato de ter sido contemporâneo ao indivíduo em um momento de adolescência no qual eu não nutria grande consciência política ou local; em segundo lugar, o acervo consultado foi a hemeroteca da Universidade Federal de Sergipe, onde foram encontradas as digitalizações do extinto periódico "Gazeta de Sergipe", em que estão as edições entre o ano de 2001 e o ano de 2004, nas quais se obteve acesso às charges que, como se buscará provar mais adiante, podem fornecer dados importantes das épocas em que foram desenhadas; e, enfim, ao fazer uma revisão da literatura disponível, percebeu-se que Marcelo Déda ainda não se tornou um objeto de pesquisa profundamente pesquisado, sendo poucos os trabalhos que o incorporam ou o tomam para análise. Sobre esses trabalhos, falar-se-á nos próximos parágrafos.

Uma constatação interessante, é que, desses trabalhos, nenhum é da área da História, com o ex-Governador tendo sido estudado em trabalhos da área de Letras e Comunicação,

principalmente referentes à análise de seus discursos enquanto político. A exceção foi um artigo que não analisou Déda propriamente, mas o perfil de todos os governadores sergipanos dentro do período da redemocratização, indo até o ano de 2018, um estudo que mais para frente será relembrado por chamar atenção para aspectos importantes da trajetória de Déda, que será tratada neste trabalho. Sobre os trabalhos aludidos neste parágrafo, cabe uma classificação: foram dois artigos acadêmicos, uma monografia e duas dissertações de mestrado. Essas pesquisas foram encontradas em uma pesquisa realizada em algumas plataformas, nomeadamente: o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; Scielo; e no Repositório Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Sergipe, este último onde encontrei os trabalhos que listarei abaixo.

A monografia encontrada é intitulada "Estratégias argumentativas presentes no discurso político do ex-Governador Marcelo Déda: uma análise retórica", escrita por Márcia Cristina Santos de Oliveira, sob orientação da Profa. Dra. Márcia Regina Curado Pereira Mariano. Neste trabalho, a autora se dedicou à análise de alguns dos discursos de Déda para comprovar que o discurso político pode ser visto também como um discurso retórico, buscando se embasar, para além das leituras diretas dos discursos de Déda, no repertório teórico da área de retórica, identificando os recursos retóricos utilizados pelo ex-governador sergipano ao fazer seus pronunciamentos. Apesar de não dialogar diretamente com este trabalho, serviu para enriquecer as noções sobre a prática política de Marcelo Déda.

No campo dos artigos, foram achados dois, um já citado sem ter tido o nome explicitado, que se chama "Os governadores sergipanos, pós-redemocratização no Brasil: modalidades de inserção, processo de recrutamento e investimentos na formação de carreiras políticas", escrito por Fagner dos Santos Bonfim, na época mestrando, para os Anais do Seminário Nacional de Sociologia da UFS. Como já revela o longo título, o artigo se dedicou a perfilar os indivíduos que ocuparam o Executivo sergipano no período da redemocratização, explorando, a partir de conceitos e categorias próprios das Ciências Sociais, como esses políticos realizaram suas trajetórias individuais e políticas, trilhando caminho até o que Bonfim (2018) considerou o cargo mais elevado da política estadual. O outro artigo é da área de Letras, chamado "As funções do discurso epidítico e a imagem de si: análise do discurso da cerimônia de posse de Marcelo Déda" e escrito pela Profa. Dra. Márcia Regina Curado Pereira Mariano. Nesse trabalho, oriundo de uma exposição oral e da pesquisa desenvolvida no pós-doutoramento dessa pesquisadora, e componente do volume 7 da Revista Metalinguagens – edição de julho de 2020 – parte já se explica pelo próprio título: uma análise de um discurso de Déda com o objetivo de demonstrar o compartilhamento de características entre o discurso político e o discurso epidítico – este sendo um discurso da beleza, celebrador, cerimonial e solene por natureza.

Desses dois trabalhos descritos acima, o da área das Ciências Sociais dialoga mais com o propósito deste artigo, o segundo não deixando de ser proveitoso por ser mais um vislumbre da figura política de Marcelo Déda.

Além desses trabalhos supracitados, duas dissertações foram encontradas, uma da área de Comunicação e outra da área de Letras, mas ambas dedicadas à análise dos discursos políticos de Déda. Em Letras, representa o trabalho intitulado "Entre o sacro e o político, a subjetivação de Marcelo Déda", escrito pela pesquisadora Aldilene Vieira Pinto, orientada pela Profa. Dra. Marília Emília de Rodat de Aguiar. Nele, três pronunciamentos de Marcelo Déda são analisados sob o repertório teórico de análise do discurso, de modo a evidenciar como Déda, ao elaborar os seus discursos, produzia a si mesmo como um sujeito político inserido na História política sergipana. A outra dissertação foi na área de Comunicação, intitulada "Da retórica ao tweet: os elementos persuasivos nos discursos do ex-Governador Marcelo Déda, compartilhados no twitter", e é da autoria da pesquisadora Carolina Bueno Rodrigues, que foi orientada pelo Prof. Dr. Matheus Pereira Mattos Felizola. Neste, o esforço da pesquisadora foi em constatar, passando pela análise da presença virtual de Déda em suas redes sociais – com destaque para o Twitter – como esse político expressava o seu alcance político nessa rede social, tendo em vista o espaço limitado que os tweets possibilitam. Mais uma vez, as pesquisas não dialogam com este trabalho, mas permitem um aprofundamento na pessoa política de Déda.

Na revisão de literatura descrita acima, foi afirmado repetidamente que não havia um diálogo entre esta pesquisa e as supracitadas. O motivo disso é que o presente trabalho se insere na área de História política, tomando Marcelo Déda como um ponto de partida, mas não se referindo somente a esse político. Ironicamente, enquanto nos trabalhos citados prevaleceu uma análise dos discursos de Déda, a fonte primária analisada nesta pesquisa será um discurso *sobre* Marcelo Déda, na forma das charges desenhadas pelo artista Edidelson Silva para as edições da Gazeta de Sergipe do ano de 2001, o único ano levado para a análise nesta pesquisa. Foi também o primeiro ano da prefeitura de Marcelo Déda, personagem recorrente nas leituras satíricas Edidelson fez naquele ano.

Apesar de também se incluir como um trabalho voltado à História local, um dos objetivos desta pesquisa é demonstrar como as dinâmicas políticas nacionais se refletiam em Sergipe, com quadros parecidos ou distintos se desenvolvendo no estado à medida que o tempo passava. A partir das charges de Edidelson Silva, desenhadas em 2001, a hipótese é que esses desenhos satíricos compreendiam parte dos desafios e das expectativas que se impunham sobre Déda em seu primeiro mandato como prefeito, algo que se confere em três temas recorrentes nas charges: a popularidade de Déda; os desafios fiscais enfrentados pelo prefeito; e as relações

políticas controversas que o político petista alimentava. Como se quer mostrar mais para frente, esses temas são importantes porque, respectivamente, refletem o seguinte: a figura de Marcelo Déda como um político ascendente que rompe com a tradição oligárquica e conservadora na política sergipana; os novos problemas fiscais que se impuseram com a reorganização da máquina pública efetivada pelas políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso; e, enfim, as expectativas levantadas em torno de um político do partido de esquerda mais forte naquele momento.

Para atender a essa proposta, o trabalho será dividido na seguinte maneira: o primeiro tópico será voltado a explorar o desenrolar da política nacional entre a eleição presidencial, em 1989, e o fim do segundo mandato da presidência de Fernando Henrique Cardoso, visando, portanto, expor o contexto político e econômico que se apresentou no país durante a década de 1990. Para tanto, serão levadas em conta as grandes contribuições dos pesquisadores Américo Freire, Alessandra Carvalho, Marly Motta e Rodrigo Patto Sá Motta, que escreveram alguns dos artigos componentes da coletânea "O Brasil Republicano vol. 5 – O tempo da Nova República, da transição democrática à crise política de 2016, quinta república (1985-2016)" (FERREIRA; DELGADO, 2018). Trazendo o assunto para Sergipe, o capítulo referente à Nova República, do livro "História de Sergipe – República (1889-2000)", de Ibarê Dantas (2004) dará base ao entendimento de como figuras notáveis e colaboracionistas do regime ditatorial perseveraram e se articularam entre notórias coalizões para se manter no poder pela maior parte da década de 90, contrariando as dinâmicas políticas nacionais, mas não as ignorando. O objetivo desse tópico é demonstrar como as dinâmicas partidárias se desenvolviam no país e no estado de Sergipe.

O segundo tópico será voltado à figura de Marcelo Déda, tocando em toda a sua trajetória política, para o que será consultado o endereço eletrônico do Instituto Marcelo Déda e alguns dados organizados nos trabalhos acadêmicos que foram mencionados na revisão de literatura. Apesar do trabalho se voltar a um único ano de sua trajetória política, nesse tópico será tomada toda a sua caminhada, desde à sua colaboração com o Diretório Central de Estudantes da UFS, passando pelo seu ingresso no Partido dos Trabalhadores e eleição para Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Sergipe, chegando até o seu segundo mandato como Governador do Estado. O objetivo dessa perspectiva integral é colaborar com o que concluiu Bonfim (2018), o qual, ao denominar Marcelo Déda como um político carreirista, considerou toda a sua trajetória política – não se limitando ao exame de sua jornada como parlamentar, prefeito e governador, mas também analisando o que se antecipou à entrada na

vida pública – e compreendeu na jornada de Déda um objetivo claro delineado desde as primeiras vitórias eleitorais do petista.

Neste trabalho, quer se reafirmar esse político como uma figura importante na ruptura com a tradição conservadora que dominou a política sergipana na década de 90. Objetiva-se contextualizar o seu primeiro ano da prefeitura – 2001 – como um momento de grandes expectativas, já que a última década do século anterior viu uma resistência enraizada das forças conservadoras no estado sergipano. Para tanto, ao descrever toda a sua jornada até o falecimento prematuro em razão de um câncer, no ano de 2013, é esperado que se compreenda que o primeiro mandato à prefeitura de Aracaju, seguido de um segundo com vitória em primeiro turno, foi um degrau numa ascensão política dentro de Sergipe, fato que se constata pelas charges que serão analisadas mais adiante.

O terceiro tópico será voltado à discussão dos jornais como fonte histórica e, subsequentemente, as charges como fontes, no que será tocado no legado da Gazeta de Sergipe, periódico que abrigava as charges aqui estudadas. O quarto tópico trará algumas das charges, a serem analisadas à luz de tudo que foi exposto anteriormente. Enfim, o último tópico será voltado às considerações finais, em que serão expostas as conclusões obtidas desse trabalho, com as quais se quer responder às perguntas colocadas.

Sem mais delongas...

## 1 - AS DINÂMICAS PARTIDÁRIAS DA NOVA REPÚBLICA

### 1.1 – INCERTEZAS, NEOLIBERALISMO E ASCENSÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: O CENÁRIO POLÍTICO-PARTIDÁRIO BRASILEIRO APÓS 1988

A democracia brasileira ainda está em fase de teste. Que aqui se atribua esse período de "desenvolvimento" ao tempo presente, não é ato inocente e, que também se coloque o advérbio de tempo "ainda" nessa afirmação, é intencional, querendo mostrar que há esperança. Sendo este um trabalho de História, quer se mostrar que a atualidade não pôde simplesmente ser, tendo que trilhar um caminho pelo passado. No que tange o século XX, período em que se passou a maior parte de nossa História republicana, houve vários momentos que demonstraram as fragilidades do sistema democrático brasileiro.

A Primeira República, dividida entre oligarquias autoritárias e grupos militares autoritários, foi o espaço de grande corrupção do regime republicano, diversos grupos políticos estaduais se aproveitando do federalismo vigente para obterem vantagens a partir dos sistemas e ferramentas próprios da República. O período varguista, a princípio de grandes incertezas, foi

no qual o Exército se consolidou como uma instituição homogênea, dominante e intimamente ligada à política[1], tipo de conexão que teria grande relação causal com o espírito golpista que assombrou o Estado brasileiro entre 1946 e 1964. Antes desses anos, Vargas se firmou como um ditador à frente do Estado Novo, rejeitando o regime democrático e, junto dele, o sistema partidário.

Do mesmo modo que veio, Vargas foi, garantido e depois deposto por setores das Forças Armadas. No período que sucedeu, cinco presidentes governaram o país, apenas dois tendo terminado o mandato, enquanto razões diferentes afastaram os outros três: suicídio, renúncia e golpe. Esta última razão, aliás, assombrou todo esse período da História brasileira, o golpismo sendo impulsionado por setores militares e civis que, enfim, derivariam no golpe civil-militar de 1964. Apesar disso, é notório que o período entre 1946 e 1964 foi de participação democrática muito maior do que aquela vivida na Primeira República, com mais cidadãos votando e partidos que não eram meras sínteses de grupos oligárquicos estaduais. Nesse período, a forma de fazer política havia mudado, a economia brasileira se modernizava e novas pautas centralizavam as discussões nacionais, entre elas a reforma agrária.

O golpe de 1694, fortemente inspirado pelo contexto da Guerra Fria, explicou-se pela ideologia de "defesa nacional", voltada à luta contra um inimigo interno cuja estratégia consistiria em uma dominação primeiramente ideológica e, depois, material da sociedade brasileira. Delírios à parte, esse objetivo foi inscrito no preâmbulo do Ato Institucional de número 1, datado de 09 de abril de 1964[2], apenas alguns dias após a deposição do Presidente constitucional, João Goulart. Em um só documento, além de escrever à nação, atribuindo-se um papel revolucionário que desempenhava a vontade nacional, o AI-1 também cuidou de atribuir aos golpistas um papel de institucionalização do novo regime autointitulado revolucionário. Com isso, apesar de ironicamente se lançar em defesa da Constituição Federal de 1946, a Ditadura Militar se possibilitava justamente fazer alterações estruturais na Carta Constitucional, concentrando poderes e diluindo o caráter democrático e participativo do processo político.[3]

---

[1] Sobre a consolidação das Forças Armadas como instituição e na política brasileira, ver CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil. São Paulo: Todavia, 1 ed., 2019.

[2] BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasil: disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acessado em 05 jan 21.

[3] Sobre as idas e vindas da democracia e do autoritarismo entre a Primeira República e o golpe civil-militar de 1964, ver: MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia M. (coord.). História do Brasil Nação: A abertura para o mundo (1889-1930). V. 3. São Paulo: Objetiva/Fundación MAPFRE, 2012; PANDOLFI, Dulce

Nesse viés, o Ato Institucional de número 2, datado de 27 de outubro de 1965[4], extinguia todos os partidos políticos, o que derivou em um regime bipartidário entre a Aliança Renovadora Nacional, o ARENA, e o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, respectivamente os situacionistas e a oposição. A prevalência dos militares foi testada na década de 1970, quando da vitória eleitoral do MDB para as vagas no Senado, em 1974, desequilibrando a maioria legislativa da qual a Ditadura vinha se aproveitando. Com isso, contrariando a esperada abertura política, em 1977 o Congresso foi fechado e foi aprovado o Pacote de Abril[5], ampliando o Congresso para fazer caber mais parlamentares situacionistas, inclusão muito conveniente ao Regime Militar. Apesar desse episódio, a Ditadura não pôde mais que suas pernas e passou a ceder às pressões populares pela abertura. Indicativo disso, em 1979 houve a reforma partidária que abriu à possibilidade de criação de outros partidos. Alguns aspectos importantes desse momento inicial da década de 1980 já aparecerão no momento dedicado à exposição do contexto sergipano na Nova República. Para demonstrar como o retorno ao pluripartidarismo impactou a política nacional, a eleição presidencial de 1989 será explorada para exibir quais eram as novas dinâmicas partidárias da redemocratização.

Após um ano da promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorria a "eleição solteira" para Presidente da República, primeira eleição direta para esse cargo em 29 anos. A expectativa dos constituintes que escreveram a nova Carta Constitucional e da sociedade era imensa, até porque era inédito no Brasil uma eleição que incluísse um contingente de votos tão abrangente, dada a inclusão dos analfabetos. Em seu estudo sobre essa eleição, os historiadores Américo Freire e Alessandra Carvalho [6] trouxeram alguns aspectos que permitem um entendimento aprofundado desse período e serão aproveitados neste trabalho, nomeadamente: o contexto político, partidário e institucional em que se deu a eleição; e os perfis dos vinte e dois candidatos que concorreram ao pleito daquele ano.

---

Os anos 30: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O Tempo do nacional-estatismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.; FERREIRA, J.. João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: . In: Jorge Ferreira; Lucília Neves Delgado. (Org.). O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964). (Coleção O Brasil Republicano).. 8ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 03.

[4] BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasil: disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acessado em 05 jan 21.

[5] Sobre o Pacote de Abril, ver MOTTA, M. FGV-CPDOC, 2020. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril. Acesso em 05 jan 21.

[6] FREIRE, A. CARVALHO, A. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Referente ao contexto eleitoral, Freire e Carvalho quiseram demonstrar como a eleição de 1989 se apresentava como um momento incerto da política brasileira, elencando três razões a partir das quais tiraram essa conclusão. Em primeiro lugar, o Presidente Sarney vinha sendo um nome questionável desde que empossado e, aproximado da nova eleição, via a explosão inflacionária retornar, impedindo que sua já difundida impopularidade recuasse e possibilitasse a nomeação de um sucessor para o seu governo. Além disso, os dois principais partidos no Congresso, PMDB e PFL, compunham a base governista do Presidente e, portanto, suportaram a carga de descontentamento que o Governo Federal foi acumulando em seus anos de gestão, também perdendo o dinamismo necessário para lançar um candidato que arregimentasse votos a nível nacional. Enfim, a nova roupagem institucional, consolidada pela Constituição promulgada no ano anterior, liberalizava o pleito e inaugurava alguns aspectos interessantes como a eleição de chapa conjunta entre Presidente e Vice-Presidente. Além disso, uma Lei promulgada no mesmo ano da eleição teve vetos impostos pelo Presidente que abriram ainda mais a possibilidade de candidaturas e, inclusive, excluiu um prazo para confirmação de candidatos, de modo que os partidos poderiam trocar seus nomes a qualquer momento. Com tudo isso, seria difícil a um contemporâneo da época imaginar qual seria o resultado eleitoral daquele ano.

Outro aspecto avaliado pelos referidos pesquisadores foi os candidatos, que em seu estudo foram perfilados e categorizados. Para dez dos vinte e dois candidatos naquela eleição de 1989, aceitaram uma categoria cunhada pelo cientista político Jairo Nicolau (FREIRE, CARVALHO, 208, p. 126), que os chamou de “candidatos anônimos”, cuja característica marcante era o fato de serem indivíduos cuja inserção na política era novidade e que, representantes de pautas distintas, não conseguiram cativar o eleitorado, saindo da política tão inexpressivos quanto entraram – exceto por três deles, que se consolidaram como parlamentares após aquele ano, chamados Enéas Carneiro, Fernando Gabeira e Ronaldo Caiado. Além desses, houve também o grupo de políticos tradicionais cuja vida política havia se iniciado antes do golpe civil-militar de 1964 e agora retornavam para atuar em um cenário democrático, trazendo aspectos e pautas típicos da experiência democrática entre 1946 e 1964. Nomes como Leonel Brizola e Ulysses Guimarães compunham esse grupo. Enfim, um terceiro grupo também constou presente naquela eleição, formado por políticos que, embora não pudessem ser chamados de tradicionais, também não eram novatos e tiveram suas carreiras formadas dentro do contexto ditatorial. Foi desse grupo de candidatos que saíram os dois nomes que concorreram no segundo turno eleitoral: Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. Saiu vitorioso

o primeiro, abrigado no Partido da Reconstrução Nacional, legenda pouco expressiva na política brasileira, mas que naquele momento ficava vinculada ao Presidente da República.

Esse resultado improvável, lançando um político experiente, mas que só naquele momento se apresentava para o eleitorado nacional, ao Executivo Federal, demonstra o quão incerta foi a eleição de 1989, apresentando continuidades e rupturas tanto com o contexto democrático precedente ao golpe como também à Ditadura que se instalou após 1964. Se mesmo no passado era difícil atribuir uma relação causal com o resultado de 1989, a eleição de Fernando Collor de Mello, que renunciaria apenas dois anos depois, em nada iluminava os rumos da Nova República.

Para compreender os caminhos que o país seguiu após a renúncia de Mello, o trabalho da pesquisadora Marly Motta[7] será de grande importância, pois traz aspectos socioeconômicos e políticos que se apresentavam no país, passando principalmente pela administração de Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República entre 1994 e 2002. Cardoso se aproximou do MDB no contexto da já mencionada eleição de 1974, mantendo-se próximo a esse partido até o processo constituinte que derivou na Constituição de 1988, ocasião em que, evadindo das dissenções dentro do PMDB, fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O que acabou por evidenciá-lo no cenário nacional foi sua inserção no governo de Itamar Franco, mais especificamente quando assumiu o Ministério da Fazenda, incorporando uma equipe de economistas que, a partir de um programa de corte de gastos, privatizações e desvinculações tributárias, alcançou a estabilização econômica do país, contendo a inflação e inaugurando aquela que seria a nova moeda do país, o "real". Esse sucesso, bastante publicado junto à sociedade, foi um dos elementos que garantiram a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República, no pleito de 1994. Mesmo assim, Motta não deixou de lembrar que, afim de garantir sua eleição como Presidente, FHC formou uma coalizão partidária e parlamentar de centro-direita, com PSDB e PFL à frente, havendo também apoio do PTB e de setores do PMDB. Essas dinâmicas partidárias apresentavam reflexos também alcançariam Sergipe, como será mostrado mais adiante.

Mais acima, continuidades e rupturas foram citadas ao retomar o período passado entre 1946 e 1964. Talvez seja interessante relembrar esse trecho, pois segundo Motta, que trouxe trechos de falas do próprio Fernando Henrique Cardoso, o governo FHC havia atribuído para

---

[7] MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

si mesmo uma "superação" da Era Vargas, alinhando-se com um conjunto de políticas neoliberais as quais, repetindo a fórmula experimentada por Cardoso quando à frente do Ministério da Fazenda – mas agora sem o freio do Presidente Itamar Franco – privilegiavam um conjunto de políticas de privatizações e liberalização do comércio, abrindo a economia brasileira e gerando controvérsias com setores produtivos internos e com alguns de seus ministros do Governo. Assim, Ministério da Fazenda, Banco Central, Tesouro Nacional e BNDES passaram a compor o "núcleo duro do Estado" (MOTTAa, 2018, p. 232).

Para tanto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso precisou garantir para si mesmo a governabilidade, que nos moldes da Constituição Federal de 1988 significava garantir uma base de parlamentares na Câmara e no Senado, de modo a aprovar suas reformas no Congresso Nacional. Motta descreveu a estratégia à qual recorreu FHC:

> O tamanho da coalizão e sua homogeneidade ideológica, bem como a participação de seus membros no ministério, também contam para dar mais fluidez às negociações em pauta. Um menor número de partidos na base de apoio, o foco ideológico centrado nas reformas neoliberais e, por fim, a presença proporcional dos aliados no ministério, tudo isso fez com que o governo tucano obtivesse uma das taxas mais positivas da relação entre o arranjo da coalizão e a governabilidade." (MOTTAa, p. 239, 2018)

Nesse modelo de ação, garantiu-se a governabilidade. Além do PSDB, que liderava, FHC contava com o apoio do PFL e do PMDB, assegurando que a maior parte de suas propostas fossem aprovadas no Congresso e consolidando o conjunto de reformas que visava, representadas em austeridade fiscal e privatizações. Quando esbarrou nas reformas da administração federal e previdência social – ambas voltadas ao mesmo objetivo de corte de gastos – FHC realizou uma reforma ministerial que comportasse novos apoios parlamentares, de modo a reafirmar sua governabilidade. Apesar disso, nem sempre o governo pôde prosperar, já que mesmo essa rearticulação não concedeu uma aprovação bem-sucedida de um novo modelo de previdência social, exemplo mostrado por Motta (2018, p. 243).

Uma das pautas mais importantes foi a emenda para a reeleição, que possibilitaria a FHC concorrer no pleito de 1998, o que o esquema de governabilidade por si só não pôde garantir, pressionando o governo à negociação corpo-a-corpo a qual, inclusive, ocasionou denúncias de compras de voto. Apesar do aperto, a emenda foi aprovada e em 1998 Fernando Henrique Cardoso enfrentou Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno, com o candidato petista chegando ao segundo turno pela segunda vez desde 1989[8]. FHC recorreu às mesmas

[8] Segundo dados disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral, embora FHC tenha vencido a eleição de 1994 ainda no primeiro turno, Luiz Inácio Lula da Silva ficou em segundo lugar, consolidado como candidato de oposição. Disponível em https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil. Acessado em 05 jan 2021.

alianças de outrora: PSDB, PFL e PTB, acrescidos agora do PPB de Paulo Maluf e do oscilante PMDB. A retórica também foi a mesma utilizada em 1994 e 1989, argumentando que uma vitória eleitoral de Lula significaria a radicalização da esquerda, a ruptura da ordem social e o retorno da crise econômica. A vitória foi de Fernando Henrique Cardoso, com Motta atribuindo uma das explicações dessa eleição "ao suporte daqueles que se beneficiaram da chamada 'destruição criativa' empreendida pela abertura econômica, que eliminou muitos competidores que não conseguiram desfrutar do apoio luxuoso do BNDES" (MOTTAa, p. 246, 2018).

No segundo governo, um tripé econômico baseado em câmbio flutuante, superávit primário e controle inflacionário manteve a governabilidade e a popularidade, a estabilidade financeira sendo complementada pela garantia que a dívida externa seria paga, influenciando positivamente o fluxo de investimentos estrangeiros. Nesse cenário de estabilidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi outra novidade que reorganizou fundamentalmente a possibilidade de endividamento público nos governos Federal, Estadual e Municipal, com mudanças que também repercutiriam em Sergipe e na sua capital, Aracaju.

Apesar dos sucessos do governo, as eleições municipais de 2000 mostraram um crescimento do principal partido de oposição, o PT (MOTTAa, 2018, p. 248), que naquele ano passou de 112 prefeitos eleitos para 187, assumindo seis prefeituras de capitais brasileiras, entre elas a de Aracaju, com a eleição de Marcelo Déda. O Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980 após a reforma partidária de 1979, havia mudado na década de 90, abandonando o seu viés radical em prol de uma moderação que o apresentasse como uma opção viável nos pleitos eleitorais, no que o pesquisador Rodrigo Patto Sá Motta[9] chamou de "uma perspectiva moderada e pragmática, mais inclinada a reformar o sistema econômico-social do que a fazer uma revolução" (2018, p. 415). Em 2002, o fortalecimento do PT em torno da candidatura de Lula foi paralelo ao esgotamento do projeto tucano de FHC, que além de um descontentamento popular ocasionado pelo aumento de impostos e pelo encarecimento de produtos, também enfrentara uma suspeição sobre o programa de privatizações do BNDES e a vexaminosa crise do apagão, em 2001 (MOTTAa, 2018, p. 249). Com a debandada dos aliados que embasaram sua governabilidade por dois mandatos, Fernando Henrique Cardoso não conseguiu garantir um sucessor, perdendo a eleição presidencial para Lula.

---

[9] MOTTA, Rodrigo Pato Sá Motta. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

As eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, juntas do dado das eleições municipais de 2000 e da vitória petista no pleito presidencial de 2002, demonstram que se consolidara no país uma nova dinâmica eleitoral em que os principais partidos a tocarem a política brasileira eram PSDB, PMDB, PFL e PT, este último em ascensão e transformação durante a década de 90, firmando-se como um forte adversário no começo deste século e assegurando para si uma sucessão de vitórias cujo auge foi a eleição de Lula em 2002, inaugurando um período de administração petista em que várias transformações políticas, econômicas e sociais se desdobraram. Neste contexto, a política sergipana descreveu seu próprio caminho, conservadora e continuísta, consolidada sobretudo em práticas clientelistas, como será mostrado no próximo subtópico. Ainda mais adiante, no tópico seguinte, será aprofundado sobre a figura de Marcelo Déda, cuja trajetória política está intimamente ligada à consolidação do Partido dos Trabalhadores no cenário político-partidário nacional e sergipano.

## 1.2 – CONSERVADORISMO E CLIENTELISMO: EM SERGIPE, A NOVA REPÚBLICA VEIO PREVISÍVEL

Como o título indica, nada da incerteza de 1989 se apresentou no contexto político sergipano em 1980, com políticos advindos do situacionismo do ARENA continuando a protagonizar a política no estado. Nesse sentido, três nomes são importantes para o entendimento da manutenção de determinadas práticas políticas que, por através de Ibarê Dantas (2004), apresentaremos mais adiante: João Alves, Antônio Carlos Valadares e Albano Franco, políticos que, ora aliados, ora adversários, consolidaram o prevalecimento de alguns partidos os quais, como foi mostrado no tópico anterior, deram base ao governo de Fernando Henrique Cardoso durante a década de 90, na esfera federal. A principal diferença no caso sergipano é que essa estabilização partidária se deu uma década antes, a partir de 1982.

Um dos motivos pelo qual Dantas foi escolhido como referencial bibliográfico, para além de ser um autor consistente, recorrentemente consultado para os estudos de nossa História local, é que sua investigação do processo político de Sergipe no período republicano sempre busca uma perspectiva panorâmica, levando em conta a situação na capital sergipana, e, quando possível, nos demais municípios, mesmo que aludindo a essas cidades de forma categórica. Para evitar que este tópico se torne morosamente descritivo, listando feitos e ações dos governantes entre 1982 e 2000, o foco será dado principalmente ao exame das dinâmicas partidárias e das disputas políticas ocorridas na capital, em Aracaju.

Para a compreensão de como os partidos se relacionaram na política estadual, o exemplo do primeiro governo de João Alves pode ser interessante, primeiro pela resistência desse

governador a aceitar o novo regime democrático que se instaurava no país, demonstrada pela sua hesitação em apoiar a campanha das Diretas Já e, depois, em apoiar a candidatura de Tancredo Neves. Além disso, pouco após a própria eleição, Alves se articulou em torno da criação do PFL, o que oficializou de vez a sua do PDS, partido presidido pelo seu antigo aliado, o influente e experiente Augusto do Prado Franco. O comportamento de Alves, embora renovasse apenas ligeiramente a política local, ecoava um fenômeno político que também acontecia no meio federal, com quadros do PDS esvaziando o partido para formar um novo, que era o PFL. A oposição entre duas figuras que pouco antes eram aliadas se concretizou no pleito eleitoral para a prefeitura de Aracaju em 1985. Jackson Barreto foi o candidato da coligação Aliança Democrática, que envolvia PMDB, PC do B e PFL. Do outro lado, dá-se destaque a dois candidatos: Gilton Garcia, apoiado pelo grupo Franco, e Marcelo Déda Chagas, do PT. A significância desses outros dois candidatos é individual, Garcia por demonstrar que Franco e Alves se opunham diretamente e Déda por indicar o início de sua longa jornada adentro da política institucional, que em quinze anos desembocaria na sua eleição para Prefeito de Aracaju, cujo primeiro ano de mandato será brevemente investigado mais adiante nesta pesquisa.

O governo de Alves conseguiu nomear um sucessor, Antônio Carlos Valadares, único governador eleito do PFL em todo o país, empossado em 1987. Para garantir sua governabilidade entremeio a uma crise na prefeitura do candidato que seu padrinho político havia apoiado, Jackson Barreto, Valadares costurou um acórdão que formou a coligação Aliança Democrática – os nomes dessas coligações dificilmente são criativos – unindo PFL, PDMB, PL e PJ. Após a renúncia de Barreto, uma nova eleição para a prefeitura se iniciou com Déda como favorito, mas se encerrou com a eleição de Wellington Paixão pelo PSB, partido que agora abrigava Jackson Barreto. No estado, o PFL levava praticamente dois terços das prefeituras, consolidando o partido chefiado por João Alves como hegemônico na política sergipana.

Em 1989, ano da "eleição solteira" para Presidente da República, a repercussão em Sergipe mostrou que uma nova dinâmica eleitoral se apresentava, principalmente na cidade de Aracaju.

> Em Sergipe, Collor venceu nos dois turnos, fortalecendo o grupo Franco, especialmente o senador Albano do Prado Franco, que o apoiou de forma decisiva. Em contrapartida, um dos maiores perdedores do pleito de 1989 foi o ministro João Alves Filho. Depois de afastar-se de seu candidato do PFL e encampar candidatura de Sílvio Santos, quando esta foi impugnada, ficou sem opções, deixando seus seguidores desnorteados. A vitória de Lula em Aracaju no segundo turno reiterava a tendência oposicionista da capital, reforçando candidatos de esquerda. (DANTAS, 2004, p. 237)

O trecho acima é ilustrativo de três aspectos importantes: um novo nome projetado como liderança do grupo que chefiava o PDS, que era Albano Franco; o vazio político em que se perdeu João Alves, o qual, apesar de chefiar um partido hegemônico em Sergipe e ocupar uma pasta ministerial no Governo Federal, lançou seu apoio em uma candidatura inexpressiva no pleito presidencial; e um novo comportamento eleitoral na capital, que indicava um fortalecimento das candidaturas de esquerda de que em breve se beneficiaria Marcelo Déda. Apesar de continuarem a se opor, Alves e Franco mais uma vez se mostraram avessos à mudança, resistindo até o último momento para retirar seu apoio a Collor, quando na ocasião da campanha pelo seu impeachment e, enfim, da sua renúncia ao cargo.

Ao final do governo Valadares, em 1990, uma nova eleição para governador se organizou, mais uma vez expondo as dinâmicas partidárias de Sergipe. Retribuindo a sua própria eleição, Valadares se responsabilizou por costurar a aliança política que visava eleger mais uma vez o seu padrinho político, João Alves. Na oposição, o candidato mais forte era Albano Franco e, no outro espectro político, duas coligações fragilizavam uma oposição progressista que pudesse realmente renovar a política estadual: a União Contra o Acordão, que juntava PDT e PCB, e a Frente Sergipe Popular, que conjugava PT, PC do B, PSB e PV. Por detrás de João Alves, fortalecido pela desistência de Albano Franco, estava a maior coligação da História política sergipana, associando PFL, PDS, PMDB, PDC, PL, PCM, PMN, PRN, PRP e PSDB. É notório observar que, ao desistir, optando por se candidatar para o Senado, Franco declarou apoio ao seu maior rival, um comportamento indicativo que, embora se opusessem, ambos esses políticos preferiam um cenário em que tivessem que disputar entre si, garantindo a continuidade das mesmas práticas políticas e dos mesmos critérios nas disputas. Valadares, além de ter sucedido em garantir a eleição do seu padrinho por meio de uma ampla coligação, também conseguiu garantir a eleição de dois familiares, um para a Câmara dos Deputados e outro para a Assembleia Legislativa, consolidando também o seu nome familiar como um associado às instituições representativas do povo. O veredito de Dantas dá bem o significado dessa vitória situacionista:

> Enfim, venceram o patronato urbano e rural e todos os grupos conservadores da classe dominante, associados numa das maiores coalizões políticas da história de Sergipe. Do outro lado, perderam setores de esquerda que permaneceram fracionados e mais uma vez assistiram, sem grandes avanços, os triunfos dos adversários. No conjunto, foi um resultado de mudanças inexpressivas. (DANTAS, 2004, p. 239).

Com a grande derrota em 1990, as esquerdas buscaram a ampliação de seus diretórios municipais e ensaiaram pactos mais expressivos, como uma aliança entre o PDT de Jackson Barreto e uma ala do PT, visando o próximo pleito municipal. A resposta dos situacionistas

trouxe mais uma grande coalizão, chamada “Aracaju o Futuro é Agora” e unindo PFL, PSDB, PMN, PL, PDS, PRP, PSD, PRN e PDC, buscando dar continuidade ao governismo (DANTAS, 2004, p. 243-4).

Como foi apontado no subtópico anterior, após a derrocada de Fernando Collor, Itamar Franco teve uma ascensão instável e só se consolidou após estabelecer uma base governista e conseguir dar uma resposta efetiva ao problema inflacionário. Um dos partidos dessa base era o PFL, representado em Sergipe pelo governador João Alves, que vivia uma situação confortável, sem a tradicional oposição dos Franco e controlando as instituições públicas fiscalizadoras (DANTAS, 2004, p. 245).

Em 1994, a aliança ambígua entre Franco e Alves se manteve, com a candidatura de Albano Franco sendo apoiada pela coligação Sergipe tem Futuro, que colocava do mesmo lado PPR, PMDB, PFL e PSDB, partidos que, não por coincidência, constituíam a base do Governo Federal. Do outro lado, Jackson Barreto liderava uma frente partidária formada por PDT, PT, PMN, PP e PC do B. Apesar da vitória de Franco, a oposição de esquerda viu um crescimento de sua representação no Congresso Nacional, enquanto se manteve pequena na Assembleia Legislativa de Sergipe (DANTAS, 2004, p; 248). No Executivo Federal, Fernando Henrique Cardoso se elegia ainda no primeiro turno, grande beneficiário da vitória sobre a crise inflacionária.

Quatro anos depois, agora se opondo a João Alves, Franco conseguiu se reeleger, estendendo seu governo até o ano de 2002. Entretanto, no meio dessa continuidade,o pleito para a prefeitura de Aracaju viu uma novidade, com a vitória de Marcelo Déda Chagas, pelo PT. A preocupação neste subtópico foi mostrar a grande resistência de setores tradicionais da política sergipana os quais, advindos do situacionismo do período ditatorial, articularam-se entre si para se manter hegemônicos, impedindo o avanço de setores progressistas na política sergipana. Apesar disso, outra intenção deste subtópico foi mostrar a reação e reorganização das esquerdas locais, de modo que, ao chegar em 2000, com a eleição de Déda para prefeito, o leitor deste trabalho tenha uma noção de todo o processo que se passou até esse momento.

Enquanto analisava as dinâmicas partidárias e feitos políticos dos governantes sergipanos entre 1982 e 2000, Dantas (2004) não deixou de apontar as práticas personalistas e clientelistas que denegriam o regime democrático, consolidando elites hegemônicas apoiadas em vultosos acordões. Apesar da mudança notável que indicava a eleição de Déda, Dantas (2004) se lembrou de observar que João Alves mais uma vez se elegeu governador de Sergipe, em 2002, colocando um contraponto a “um novo grupo político a assumir responsabilidades administrativas com tendências de renovação das práticas políticas” (DANTAS, 2004, p. 257).

De fato, em Sergipe o que era novo, fosse a República ou a eleição de Déda, ainda ficava sob a sombra do conservadorismo, como bem representam as práticas clientelistas entre as décadas de 80 e 90 e a eleição de João Alves em 2002.

## 2 – MARCELO DÉDA, NAS PÁGINAS DA ACADEMIA E NA POLÍTICA

Como foi apontado no tópico introdutório desta pesquisa, uma pesquisa bibliográfica foi feita, constatando poucos trabalhos que dialoguem diretamente com o propósito deste artigo. Apesar disso, sobretudo em seus capítulos dedicados à vida política de Marcelo Déda Chagas, os trabalhos foram pertinentes ao descreverem breves biografias do falecido governador (RODRIGUES, 2016) (OLIVEIRA, 2016) (PINTO, 2018). Em Rodrigues (2016), a escolha de Déda diz respeito ao fato da pesquisa procurar analisar os seus tweets, sendo Déda um dos administradores públicos com maior participação nessa rede social. Em Pinto (2018), a análise de Déda como um indivíduo que se subjetiva em seus discursos foi tratada dentro de um panorama histórico em que o próprio ex-governador se dispunha a demarcar uma ruptura com uma tradição política anterior – diga-se de passagem, tradição essa que foi exposta no segundo subtópico do tópico anterior. Em Oliveira (2016), a justificativa para tomar esse político como objeto de estudo foi devido à repercussão ocasionada pelo seu falecimento, reforçando a notoriedade dessa figura na política sergipana. Em todos os três trabalhos, é o discurso de Marcelo Déda que é estudado, indicando que o ex-governador é uma figura notável também nos campos da teoria do discurso.

Um trabalho que não toca em Déda biograficamente, mas que importa de outra maneira para esta pesquisa é o artigo de Bomfim (2018), em que esse sociólogo fez um estudo para perfilar os governadores sergipanos a partir da redemocratização, compreendendo nesse grupo de figuras públicas a característica de políticos profissionais. Apoiado nos campos da Sociologia Política, da Sociologia das Elites e da Sociologia dos Grupos Profissionais, Bomfim quis

> Perceber a política aquém do âmbito apenas quantitativo dos dados e passa a inserir a política no universo das profissões e construção de carreiras profissionais. Esta, vista como um ofício apreendido e aprendido, dotado de habilidades e recursos sociais, que são acionados, valorizados e valorados dentro do cenário de disputa e consagração política. (BOMFIM, p.4, 2018)

O objetivo desse trabalho foi constatar que recursos sociais os governadores acumularam para alcançar o mais alto cargo da política estadual e, dessa forma, demonstra como Déda se articulou em sua própria jornada. Nesse sentido, Bomfim deu ênfase à escolaridade e à trajetória profissional de todos os governadores, mostrando que, incluindo Déda, todos cursaram o Ensino Superior e, em geral, trabalharam em suas respectivas áreas de

formação. Com isso quis mostrar que a partir da vida profissional puderam articular redes de contatos das quais, uma vez ingressos na vida política, foram benificiários para que dialogassem com diversas esferas sociais. Além disso, também enfatizou a trajetória política dos governadores, observando como é comum que a ascensão política desses governadores sempre passe pelo município, como é o caso de Déda, que após ocupar a Assembleia Legislativa de Sergipe e a Câmara dos Deputados, elegeu-se prefeito da capital sergipana. Enfim, elencou ele mesmo dava grande importância à sua relação com amigos e vizinhos entremeio às mobilizações pela democratização, antes do fim da Ditadura Miliar. Bomfim (2018) demarcou a entrada de Déda na Faculdade de Direito como o momento de seu ingresso na militância que eventualmente o ligaria ao Partido dos Trabalhadores, sigla que o abrigaria durante toda a sua jornada política.

A partir desse estudo, percebe-se que a trajetória de Marcelo Déda é a de um político profissional (BOMFIM, 2018), no que a sua eleição para a prefeitura de Aracaju se mostra como mais um passo em uma caminhada mais extensa. Por isso, aqui se tratará um pouco de toda a sua biografia, partindo dos dados disponíveis do site do Instituto Marcelo Déda[10] .

Segundo os dados disponíveis nas seções de "Biografia" e "Linha do Tempo" do site supracitado, Déda passou a se interessar pela política ainda jovem, como estudante secundarista no Atheneu e influenciado pela trajetória política do avô. Sua entrada na Faculdade de Direito, como já observado anteriormente, também é pontuada nessa seção biográfica como simultânea ao seu ingresso na política, destacando sua participação no Diretório Central dos Estudantes, nas aulas de Ciências Políticas do professor Ibarê Dantas e na criação do núcleo sergipano do Partido dos Trabalhadores, no último ano da década de 1970. A década de 80 foi o período em que ingressou na política institucional, perdendo sua primeira eleição em 1982, quando foi candidato a deputado estadual, mas figurando como um concorrente notório nas eleições para prefeitura de Aracaju em 1985. Um ano depois, foi eleito para a Assembleia Legislativa de Sergipe, não conseguindo se reeleger na eleição seguinte. Foi na década de 1990 que voltou a ter notoriedade, elegendo-se como Deputado Federal duas vezes antes de enfim se eleger para prefeito de Aracaju em 2000, numa virada eleitoral que contrariou as expectativas iniciais para as eleições municipais daquele ano. Conseguiu se reeleger para um segundo mandato ainda em primeiro turno, mas teve que abandonar o cargo quando se elegeu Governador de Sergipe em

[10] Disponível em http://www.institutomarcelodeda.com.br/. Acessado em 21 jan 2020.

2006, cargo ao qual deu continuidade num segundo mandado, este interrompido pela doença que o levou ao falecimento prematuro.

Com este tópico vindo em seguida da seção dedicada à exposição da política sergipana nas décadas de 80 e 90, o objetivo foi enquadrar Déda em um panorama mais amplo, no qual a sua eleição em 2000 é tanto fruto de uma trajetória como conectada a um contexto conservador com o qual, uma vez eleito para um cargo do Executivo, Marcelo Déda se propôs a romper. Assim sendo, é compreensível que diversas expectativas estivessem colocadas na surpreendente eleição do petista. A seguir, vejamos como a caneta satírica do chargista Edidelson Silva capturou parte das expectativas que cercavam Déda no seu primeiro ano da prefeitura aracajuana.

## 3 – O PRIMEIRO ANO DA PREFEITURA DE MARCELO DÉDA NA SÁTIRA

Para o exame das charges, vários aspectos podem ser levados em conta. Pode-se falar do periódico onde as sátiras foram publicadas, de seu autor, do contexto sociopolítico e das críticas correspondentes que transmitem as charges e dos próprios desenhos em si. Alguns desses aspectos já foram levados em conta nesta pesquisa, como a relação entre a política brasileira, a política sergipana e a vida pessoal e política de Marcelo Déda, protagonista das ilustrações que serão analisadas nas próximas páginas. Neste tópico, tratar-se-á sobre o periódico Gazeta de Sergipe e sobre o que caracteriza as charges, partindo, finalmente, para a análise destas. Idealmente, falar-se-ia também do desenhista por detrás das críticas ilustradas, mas em razão principalmente do tempo limitado para conclusão deste trabalho, restringiremos às análises já mencionadas.

A respeito do periódico "Gazeta de Sergipe", o artigo de Lorena de Oliveira Souza Campello, intitulado 'O Jornal Gazeta de Sergipe – uma contribuição para a História da Imprensa", é bastante pertinente ao periodizar e caracterizar a história deste periódico, fundado nas mesmas bases dos demais impressos da sua época, vinculado a um partido e pautado por uma orientação ideológica firme e bem definida (CAMPELLO, p.4, 2012), chamado então de Gazeta Socialista. A explicação para esse aspecto declaradamente partidário e ideológico se dá pela fundação do partido ter sido dirigida por Orlando Dantas, figura política que na época da fundação do jornal, década de 40, vinculava-se ao Partido Socialista Brasileiro, cuja orientação política era em defesa do socialismo democrático, pregando tanto contra o liberalismo antidemocrático dos udenistas como contra o comunismo radical do Partido Comunista Brasileiro.

Essa foi a primeira fase do jornal, em que tinha pouca circulação no estado e também pouca adesão dos trabalhadores que visava representar. A partir da década de 50, com a renomeação para Gazeta de Sergipe, o jornal passou a gozar de um público mais amplo, coincidindo com a sua profissionalização. Desse modo, o jornal passou a contar com uma aparência mais atrativa, um espaço maior à publicidade e, também, com pautas mais informativas e menos preocupadas com o sustento de sua ideologia. Apesar de sua fundação ser ligada à democracia, o periódico não deixou de colaborar com a Ditadura, notório que Orlando Dantas tenha se vinculado ao ARENA. Sobre isso, Campello (2012) pontua que foi uma estratégia de sobrevivência, evitando que o jornal fosse fechado pelo regime ditatorial, sobrevivendo até o princípio do século seguinte.

Sobre charges, em um artigo clássico, Lustosa (1989) percebeu algo importante ao constatar uma diferença entre as charges que se dedicaram ao exame do desenrolar da Proclamação da República, percebendo que os artistas alternaram entre um estilo caricatural, quando retratavam funcionários imperiais ou de orientação monarquista, e um estilo mais realista, agora ocupados de louvar o herói republicano, o primeiro Presidente, Marechal Deodoro da Fonseca. No tocante a essa aproximação entre charge e caricatura, o pesquisador Romero (2014) fez uma diferenciação pertinente, ao escrever que

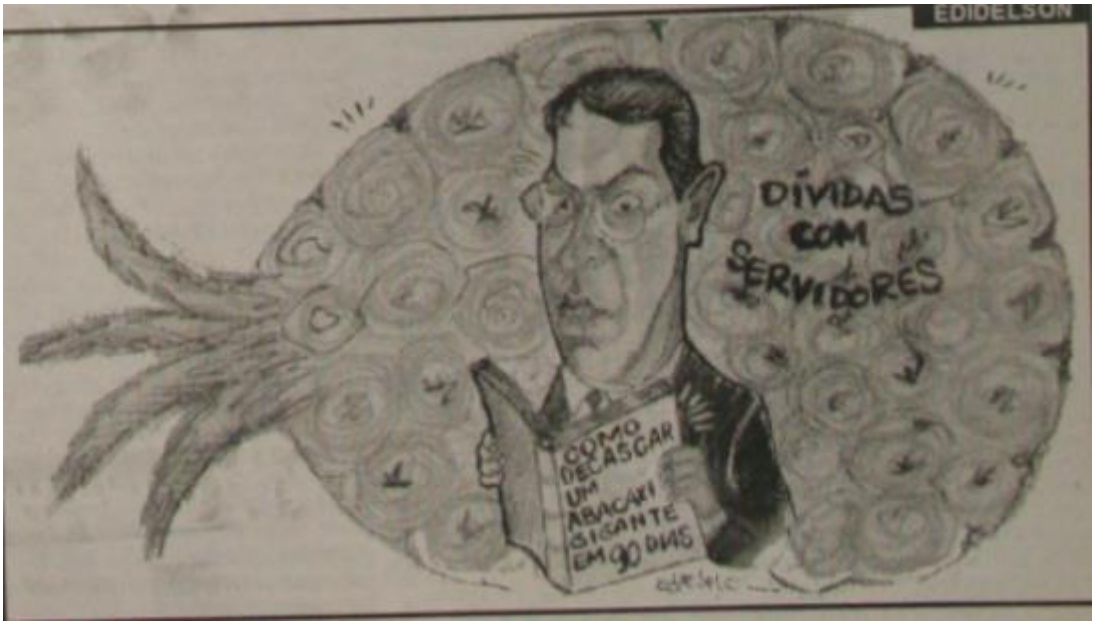
> Pode-se afirmar, assim, que a charge diferia da caricatura por ter sua origem ligada, essencialmente, à crítica política. Produzida como peça gráfica de propaganda planfletária acerca de disputas e conflitos políticos, depreende-se que outro dos seus objetivos fosse a sua difusão pública, posto que relacionada ao gênero jornalístico. (ROMERO, 2014, p. 6)

Dessa forma, Romero (2014) reconheceu duas características exclusivas ao conceituar a charge, atribuindo a essa linguagem os objetivos de criticar e informar. De fato, como ver-se-á mais adiante, as charges de Edidelson Silva incorporam esses dois aspectos, mas ainda se aproximam em muito do formato caricatural, estilo que, ainda segundo Romero, caracteriza-se pelo seguinte:

> A caracterização intencionalmente exagerada foi, portanto, elemento definidor da caricatura desde o seu surgimento no século XVII. Podia apresentar-se como veículo ora da crítica zombeteira, ora da caracterização elogiosa, em função do duplo sentido do significado presente na técnica, pois, a respeito disso, não há consenso. Decerto que, seja qual for o sentido imputado à técnica, a prática da caracterização exagerada não se atém apenas à descrição física, mas tem, no objetivo precípuo de desvelar o caráter da pessoa retratada, a finalidade de explicitar os aspectos da sua personalidade, sejam eles positivos ou negativos. (ROMPERO, 2014, p. 4)

De fato, o aspecto caricatural, convocando imagens inusitadas para produzir um efeito cômico, ora em crítica, ora em favorecimento da figura de Déda, foram aspectos comuns no trabalho de Edidelson Silva, como mostra o exemplo abaixo.

**Figura 01**




SILVA, Edidelson, Déda Começa a Negociar Dívida com os Servidores, Gazeta de Sergipe, Aracaju, 10 de Janeiro, 2001, Caderno A, p. 1.

Um dos temas recorrentes das charges desse artista foi o impasse entre Déda e o pagamento dos servidores públicos, na imagem representado pela figura de um abacaxi, ao que o artista atribuiu o significado de "problema", da mesma maneira que diz a expressão "elefante na sala', por exemplo. Ao centro, Déda segura um manual que brinca com a sua situação, em que duplamente estreia na prefeitura e já tem que lidar com um grande problema. Ainda no lado econômico da posse de Déda, Edidelson Silva desenhou outra charge interessante.

**Figura 02**

SILVA, Edidelson, Cada Um Com Seu Estilo, Gazeta de Sergipe, Aracaju, 06 de Janeiro, 2001, Caderno A, p. 2.

Essa charge permite múltiplas análises. Por um lado, o desenho é mais evidente em seu aspecto caricatural, indicado pelo tamanho da cabeça de Déda e pelos fantasmas que pairam ao

seu redor. Por outro lado, dois desses espectros que o rondam são demonstrativos da conjuntura da época, com a Lei de Responsabilidade Fiscal representando uma nova pressão criada a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso, já aprofundados anteriormente, e com os "secretários inexperientes" representando a um só tempo a novidade presente na gestão de Déda e as expectativas que se colocavam em seu mandato. Essas expectativas foram temas recorrentes nas charges de Edidelson Silva.

**Figura 03**

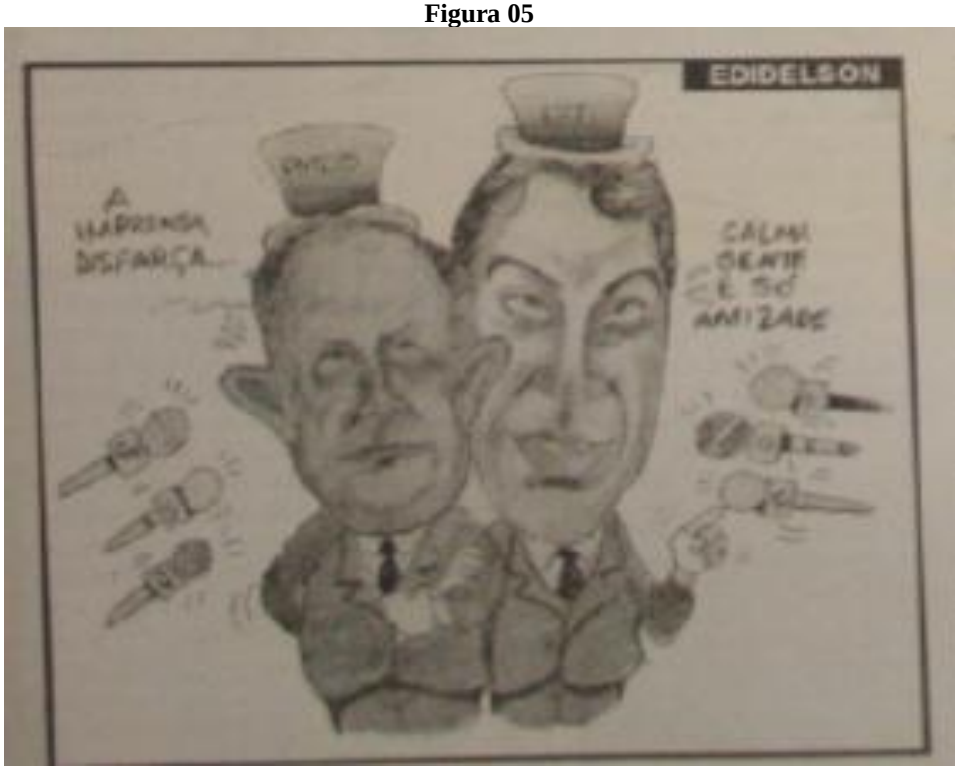
SILVA, Edidelson, Prefeito Reajusta Salário, Gazeta de Sergipe, Aracaju, 17 de Janeiro, 2001, Caderno A, p. 1.

**Figura 04**

SILVA, Edidelson, Crítica ao Reajuste Salarial do Prefeito, Gazeta de Sergipe, Aracaju, 25 de Janeiro, 2001, Caderno A, p. 1.

Nessas ilustrações, o chargista ironizou a contradição entre o reajuste salarial de Déda e a postura do prefeito à esquerda, em tese dedicada à redistribuição de renda e contrária a medidas que fizessem do seu cargo um posto concentrador de renda, além de ter tirado piada de como esse reajuste virou uma pauta comum em toda a imprensa. Assim, vê-se que o mandato de Déda na capital sergipana carregava ainda a responsabilidade de se mostrar como um "legítimo" governo de esquerda. Tendo em vista a inclinação à esquerda do jornal Gazeta de Sergipe, no qual foi publicado essa charge, pode-se presumir que as expectativas relacionadas ao posicionamento político de Déda fossem ainda maiores. Outras contradições foram exploradas pela caneta satírica de Silva.

**Figura 05**

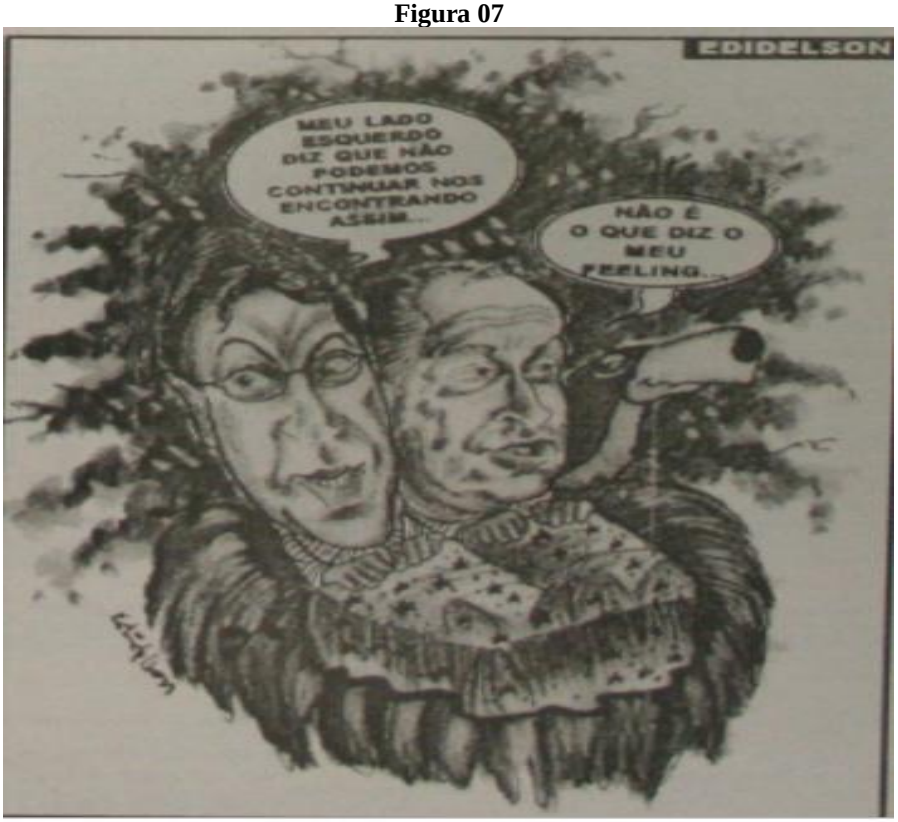



SILVA, Edidelson, Albano Franco e Déda Se Encontram, Gazeta de Sergipe, Aracaju, 19 de Janeiro, 2001, Caderno A, p. 1.

**Figura 06**

SILVA, Edidelson, Críticas a Administração de Marcelo Déda e Albano Franco , Gazeta de Sergipe, Aracaju, 21 de Junho, 2001, Caderno A, p. 1.

**Figura 07**




SILVA, Edidelson, Alianças Entre Déda e Albano Franco, Gazeta de Sergipe, Aracaju, 20 de Outubro, 2001, Caderno A, p. 1.

Nas ilustrações acima, Edidelson Silva faz uma leitura claramente irônica da aliança entre Marcelo Déda, que se propunha como uma ruptura para a ordem oligárquica e conservadora que vinha dominando a política sergipana, e Albano Franco, um nome titular do grupo que era justamente aquele contra o qual Déda havia feito oposição desde que se lançara

para vida pública. Fiel à tradição zombeteira das charges, Edidelson Silva cuidou de ilustrar os dois políticos em situações inusitadas e vexatórias, sempre mostrados como amantes às escondidas, fazendo as aparências para a mídia, pares de rebolado e amantes na cama. Apesar dessa ótima sacada, Edidelson Silva não ignorou como Déda conservou sua popularidade.

**Figura 08**

SILVA, Edidelson, Registro de Aprovação Popular no Mandato, Gazeta de Sergipe, Aracaju, 27 de Junho, 2001, Caderno A, p. 1.

Essa é muito importante, pois demonstra que, da mesma forma que enxergava Déda, Edidelson Silva também visualizava que a prefeitura era apenas um degrau na jornada desse político. Como exposto anteriormente, Déda chegou a se tornar governador de Sergipe, cargo em que finalizou a sua trajetória política com o falecimento prematuro. Até aqui, a intenção sempre foi demonstrar que Déda se compreendia como uma figura representativa de mudança na política sergipana e, portanto, tinha planos que extrapolavam a sua posição na prefeitura, visando o cargo mais alto do governo do estado. Nessa ilustração, vê-se que Edidelson Silva também visualizava essa ambição, ao colocar em paralelo a aprovação alta do governo de Déda e um olhar malandro do prefeito para o Palácio Olímpio Campos, antiga sede do governo.

Portanto, ao analisar as charges desenhadas por Edidelson Silva, percebe-se um artista afinado com uma tradição caricatural e crítica que é típica das charges, voltadas à política. Confere-se também que Silva, ao se voltar para o primeiro mandato de Déda, foi capaz de apreender as tensões e expectativas que cercavam o jovem prefeito, não deixando de notar que, com certeza, o petista constituía um ponto de virada na política sergipana e que estava só começando em sua jornada política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi uma pesquisa de múltiplas camadas, visando articular o indivíduo e as esferas municipal, estadual e federal. Então, antes de tratarmos sobre Marcelo Déda, foi falado sobre o panorama político brasileiro na década de 90, sobre os reflexos da redemocratização na política sergipana e, enfim, sobre o lugar ocupado pelo petista nesse quadro político e as expectativas e ambições pessoais do ex-governador, que, como foi mostrado, empreendeu uma trajetória bem-sucedida, atingindo o cargo mais alto da política estadual e só não estendendo seu legado devido ao falecimento prematuro. Voltados ao primeiro ano de sua prefeitura, utilizamos as charges de Edidelson Silva para demonstrar como o olho satírico de um jornal diário e popular captava as expectativas por detrás do primeiro ano de Déda em um cargo Executivo.

O que se observou, mesmo que marginalmente, em outros trabalhos, também se verificou aqui. Déda foi um político importante, com certeza um ponto de ruptura com uma tradição política anterior, a um só tempo consolidando o seu nome como um dos maiores na política sergipana e, também, erguendo mais um pilar para a hegemonia do PT na política brasileira, que prosseguiu estável até o ano de 2016. As charges de Edidelson Silva, cuja astúcia crítica se verifica a cada traço, mostraram-se capaz de compreender o panorama que cercava Déda, lançando-se inclusive para o futuro, ao já visarem o governo do Estado sob os olhos do prefeito.

Espera-se que esse trabalho seja tomado como uma humilde contribuição no campo da História local, sobretudo na História do tempo presente, dedicada ao exame dos últimos vinte anos que, passados, inauguram o primeiro quinto do século XXI, talvez indicativos do que está por vir nesses novos tempos.

**FONTES**

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasil: disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acessado em 05 jan 21.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasil: disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acessado em 05 jan 21.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOMFIM, F. S.. Os governadores sergipanos, pós-redemocratização do Brasil: modalidades de inserção, processo de recrutamento e investimentos na formação de carreiras políticas. Anais do Seminário Nacional de Sociologia da UFS, v. 2, p. 1-15, 2018.

CAMPELLO, L. de O. S.. A contribuição do jornal Gazeta de Sergipe para a discussão da problemática ambiental entre os anos de 1972 e 1992: o papel da imprensa escrita para o desenvolvimento social. Razón y Palabra, v. 80, p. 80, 2012.

CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil. São Paulo: Todavia, 1 ed., 2019.

DANTAS, Ibarê. História de Sergipe: república (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FERREIRA, J.. João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: . In: Jorge Ferreira; Lucília Neves Delgado. (Org.). O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964). (Coleção O Brasil Republicano).. 8ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 03.

FREIRE, A. CARVALHO, A. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

LUSTOSA, Isabel. Humor e Politica Na Primeira Republica. REVISTA USP, v. 3, p. 53-64, 1989.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia M. (coord.). História do Brasil Nação: A abertura para o mundo (1889-1930). V. 3. São Paulo: Objetiva/Fundación MAPFRE, 2012.

MOTTAa, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MOTTAb, Rodrigo Pato Sá Motta. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OLIVEIRA, M. C. N. S.. Estratégias argumentativas presentes no discurso político do ex-governador Marcelo Déda: uma análise retórica. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras de Itabaiana, Itabaiana, 2016.

PANDOLFI, Dulce Os anos 30: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O Tempo do nacional-estatismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PINTO, Aldilene Vieira. Entre o sacro e o político: a subjetivação de Marcelo Déda. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

RODRIGUES, C. B.. Da retórica ao retweet: os elementos publicitários aplicados nos discursos do ex-governador Marcelo Déda, publicados no Twitter. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016

ROMERO, Marcelo. Charge: História e Conceito. CES REVISTA, Juiz de Fora, v. 28, n. 1. p. 17-27, jan./dez. 2014